

EDITORIAL

Esta edição do Boletim e-MUDE homenageia os 59 anos da fundação de Brasília, que ostenta, em suas origens, a educação como o seu pilar estruturante. Além de sua beleza monumental, fruto de um planejamento arquitetônico único e mundialmente reconhecido, celebra-se a marca histórica de uma cidade humanizada, que integrou, em seu projeto urbanístico, o plano de educação proposto por Anísio Teixeira, exibindo à população brasileira a possibilidade de um modo de viver mais igualitário e harmônico.

A celebração assume maior proporção pelo fato de, após décadas de empenho e muita perseverança, ter-se assegurada a construção da sede definitiva do Museu da Educação do Distrito Federal, com vistas à sua inauguração em 2020. Essa importante conquista para a sociedade brasiliense deve-se ao apoio da Câmara Legislativa do Distrito Federal e de tratativas com o Governo do Distrito Federal, no sentido de se iniciarem as obras ainda neste ano. Acredita-se que a realização desse sonho coletivo contribuirá para a valorização do professor e da escola pública bem como para afirmar a identidade educativa, fundada no ideal de emancipação do ser humano.

Reconhece-se o exercício da democracia embutido na proposta original de educação para o Distrito Federal. Embora o campo educacional tenha sofrido revezes ao longo dos anos, em decorrência de políticas públicas assentadas em diferentes orientações, acredita-se na necessidade de manutenção dos seus princípios fundadores, tendo em vista a formação de um ser humano socialmente preparado para a convivência, a tolerância e o respeito às diferenças. Ao se preservar esse sentido de humanidade, prevalece a noção de liberdade como valor coletivo, capaz de estimular a participação e a criatividade como condição de

aprendizagem frutificada a partir da relação educativa entre o professor e o aluno, a comunidade e a cidade.

Entre as matérias veiculadas nesta edição, o leitor terá contato com diferentes iniciativas, que vêm sendo desenvolvidas nas escolas públicas do Distrito Federal, para o fomento da cultura de paz. A comunidade educativa manifesta-se, em movimento espontâneo, em favor dos valores antes referidos, promovendo ações pontuais para despertar a sensibilidade da população em relação ao tema e fazer da escola um lugar de aprender a paz.

Encontram-se, ainda, neste boletim, matérias referentes a instituições escolares, a saber, o Centro de Ensino Fundamental Granja das Oliveiras, no Recanto das Emas, e o Centro de Ensino Médio Urso Branco, do Núcleo Bandeirante, cuja importância histórica se destaca pela excelência da gestão e de práticas pedagógicas. Como reminiscência, consta referência sobre a Escola de Paz, programa da Organização das Nações Unidas (ONU) para uma Cultura de Paz, com suas principais iniciativas. Há, ainda, entrevista com a professora da Faculdade de Educação, Rosângela Corrêa, sobre "Educação para uma cultura de paz."

Destaque especial é dado às ações realizadas pelo Museu, sobretudo ao Curso de Educação Patrimonial, destinado a professores e à comunidade, com a utilização de tecnologias atualizadas e linguagens contemporâneas. Em relato minucioso neste boletim, consta, também, a atividade "Reconhecendo meu território, descobrindo possibilidades", que integra a programação da 17ª Semana Nacional de Museus, na qual serão apresentados os produtos audiovisuais realizados pelos alunos do referido curso.

Boa leitura!

Educação para uma cultura de paz

Entrevista com a professora da área de Educação Ambiental e Ecologia Humana da Faculdade de Educação (FE/UnB), Rosângela Corrêa. Formada em História e com mestrado e doutorado em Antropologia Social, desde 1999, dedica-se ao tema da Educação para a Paz.

Que fatores mais deflagram a violência no ambiente escolar?

A questão da violência não tem um único determinante. Os fatores podem diferir de uma escola para outra. Vou dar um exemplo concreto: há vinte anos trabalho com um projeto de pesquisa e extensão na cidade Estrutural, uma comunidade que nasceu a partir do lixo produzido, desde os anos 60, em Brasília. Durante décadas, essa comunidade sofreu com a falta de direitos sociais, o que faz com que haja uma violência estrutural. Muitos estudantes vêm dessas famílias carentes, grande parte dessas famílias eram de catadores que trabalhavam no lixão. A decomposição do lixo gera a produção de gás metano, respirado por toda a comunidade, vinte e quatro horas por dia. Isso é uma violência ambiental com graves consequências na saúde coletiva. Uma pesquisa que realizamos junto às mulheres dessa comunidade confirmou ser a violência doméstica uma constante nas famílias. Além disso, nas escolas da localidade, identifica-se, também, educadores que sofrem com a síndrome de Burnout, que se caracteriza pelo estado de tensão e estresse crônicos, provocados por condições de trabalho físico num contexto de desgaste emocional e psicológico. Muitos deles nem se dão conta de que estão doentes, embora a síndrome cause atitudes, em sala de aula, como gritos ou agressividade com os estudantes. Dessa maneira, as crianças sofrem todo tipo de violência no seu cotidiano, fora e dentro da escola. Portanto, não dá para falar em violência na escola, olhando somente o comportamento dos estudantes.

Pode-se dizer que tem a ver com a violência que está na sociedade como um todo?

Sim. A escola é um reflexo da violência estrutural e histórica que existe no país. A violência não é só uma questão social, é política, é econômica e é agravada pela cultura do racismo, da xenofobia,

da homofobia, da não aceitação da diversidade. Enquanto não assumirmos que estamos sob uma cultura de violência, não teremos como estabelecer uma cultura de paz.

Então, como enfrentar a violência física e emocional presentes nas escolas?

A primeira coisa é definir o que queremos: só combater a violência ou construir uma cultura de paz, porque são dois caminhos diferentes. Um dos grandes desafios para a cultura de paz é a resolução de conflitos sem o uso da violência, seja ela emocional, verbal ou física. Numa resolução de conflitos, nem todos ficarão satisfeitos, mas aquilo que for decidido pelo coletivo será negociado para o bem comum. Para negociar é preciso gerar, nos



indivíduos, uma corresponsabilidade sobre o que vai ser feito. Por isso, uma decisão não pode ser tomada, única e exclusivamente, pela direção da escola. O princípio da paz é o processo dialógico para a resolução de conflitos. Nesse sentido, uma forma para minimizar os conflitos são os

“combinados”, onde os estudantes discutem sobre as regras de convivência. Todos nós, em qualquer ambiente, precisamos saber das regras, para saber como vamos avaliar nossos acertos e nossos erros. Assim, quando se estabelecem os “combinados”, também, se tem uma escuta sensível sobre o que pensam e sentem os estudantes. Temos percebido que os adultos não escutam as crianças e os jovens; o que gera, muitas vezes, uma tomada de decisão arbitrária e contrária aos interesses dos estudantes.

Você trabalha com a perspectiva de obter mudanças de comportamentos?

Sim. A humanidade vive uma crise que não é apenas político-econômica, mas profundamente existencial e que está relacionada com uma crise de percepção, devido à homogeneidade de uma cultura de massa, que nos aliena da nossa condição de sujeito-natureza e enfraquece nossa condição de cidadania. Diante disso, é necessário descobrir caminhos a trilhar para ultrapassar este momento e

reencontrar a conexão das três ecologias: interior, social e planetária. A ecologia humana é a perspectiva de poder sensibilizar e mobilizar as pessoas para uma mudança de valores, crenças, atitudes e comportamentos.

A educação para a paz é sempre uma possibilidade?

Sem dúvida, porque ninguém nasce racista, você aprende a ser racista. Não se nasce violento, aprende-se. Como Nelson Mandela disse: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou, ainda, por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se pode aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.”

Mas, para que haja uma educação para a paz é preciso que a escola inclua, dentro do seu currículo, tanto implícito como explícito, temas transversais para a promoção da paz. Não podemos esquecer que nunca teremos a perfeição; nós, seres humanos, somos seres incompletos. Por isso, não podemos pensar a escola como um espaço de pura paz. Não é isso que estamos buscando, uma paz romântica onde não haja conflitos, porque eles fazem parte da vida. O que não deveria acontecer é a não resolução dos conflitos, pois pode gerar violência. As pessoas podem não se amar, mas tem que haver respeito, um valor absolutamente essencial na convivência humana. Respeitar e ser respeitado é um princípio que tem que estar na base das relações sociais.

NOTÍCIAS

17ª Semana Nacional de Museus Museus como Núcleos Culturais: o Futuro das Tradições

A Semana Nacional de Museus é uma ação anual coordenada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), com duração de uma semana, que visa mobilizar os museus brasileiros a elaborarem programações especiais voltadas para um tema comum, escolhido, anualmente, pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM).

A Primeira Semana Nacional de Museus ocorreu no ano de 2003, com o tema “Museus e Amigos”, e teve a participação de 57 museus e 207 eventos na programação. No ano de 2018, a ação chegou a sua 16ª edição, com o tema “Museus Hiperconectados: novas abordagens, novos públicos”. Foram 1.113 instituições de cultura e memória envolvidas com, aproximadamente, 3.240 eventos na programação. Durante a Semana Nacional de Museus, aumenta, significativamente, a média de visitantes nos museus, em alguns casos, chegando a mais de 50%. Cumpre-se, assim, parte dos objetivos do evento de incentivar e intensificar a relação dos museus com a

sociedade. Este ano, o tema da 17ª Semana versa sobre a importância dos núcleos culturais para renovação das culturas e para sustentabilidade das tradições e da vida.

O Museu da Educação do Distrito Federal (MUDE) participa, desde 2011, da programação oficial da Semana Nacional de Museus e se faz presente nessa edição com exibição de vídeos produzidos por participantes do curso de Educação Patrimonial “Reconhecendo meu território, descobrindo possibilidades”, realizado pela equipe do MUDE no segundo semestre de 2018, com financiamento do Fundo de Apoio à Cultura (FAC-DF). Veja a coluna de Educação Patrimonial.

O evento, com exibição desses vídeos, será realizado em 18 de maio próximo, das 17h às 21h, no Museu Nacional da República e destinar-se-á a professores, estudantes e à comunidade, contando com a presença dos autores dos vídeos e dos orientadores das atividades.

Granja das Oliveiras

Na presente edição, a coluna Mestres e Escolas traz um breve histórico do Centro de Ensino Fundamental Granja das Oliveiras, uma das escolas pioneiras de Brasília, inaugurada em 23/03/1966, sob a supervisão de Darcy Mesquita, médico e primeiro secretário de assistência social do Distrito Federal. Mesquita dedicou-se ao desenvolvimento de comunidades rurais e urbanas em diversas localidades do DF, às políticas de assistência ao menor em situação de risco, ao treinamento e à qualificação de mão de obra e à formulação de núcleos residenciais para a extinção de favelas. Coordenou, ainda, projetos de construção de residências e centros comunitários pelo sistema de mutirão e políticas para a reabilitação de presidiários e tuberculosos.

Corria o ano de 1964 e já se observava, na cidade, um intenso fluxo de crianças pedintes nas ruas de Taguatinga. Atento ao problema, Mesquita tomou conhecimento do projeto mineiro Escolas Caio Martins, iniciativa exitosa desenvolvida pelo então Deputado Manoel José de Almeida, em Minas Gerais, desde 1948. Essa escola propunha-se a enfrentar o problema do êxodo rural, que trazia para as ruas de Belo Horizonte grande número de crianças desamparadas, oferecendo-lhes uma educação no modelo de internato, em regime integral, no formato de educação no campo, regida por valores do escotismo.

O escotismo, como modelo de educação não formal, sustenta-se num sistema de valores cujo propósito é a construção de um mundo melhor, mediante a participação social cidadã construtiva, responsável, tolerante e respeitosa para com o meio ambiente, e está presente em todo o mundo. Defende a igualdade entre os homens e a construção da paz, por meio de estratégias de desenvolvimento sustentável.

O aspecto social da educação é a característica mais marcante do escotismo a convergir com o ideário de Anísio Teixeira. Ambas as correntes de pensamento argumentam em favor de um ensino voltado para o desempenho de um papel ativo na sociedade.

A implantação desse modelo de ensino deu-se em setembro de 1964, mediante articulação entre Mesquita, o deputado Almeida e o então prefeito de

Brasília, Plínio Cantanhede. Elaborou-se, então, o Plano de Ação centrado na proteção do menor abandonado, questão diagnosticada como muito grave na cidade ainda em formação. O atendimento far-se-ia em sistema de casas lares dirigidas por casais, selecionados por afinidade com os estudantes internos.



Álbum de fotografias do Dr. Darcy Mesquita, Granja das Oliveiras, 1964

Um grupo de dez crianças, entre sete a dez anos instalou-se, provisoriamente, na hospedaria dos imigrantes do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) e, posteriormente, foram acolhidas na Granja das Oliveiras, pela diretora Antônia Romero Lago. Em seguida, foram instalados na única das três casas prontas para uso, onde residia, também, o electricista Dercílio Marra da Silva, convidado para assumir os cuidados familiares desse grupo pioneiro, junto com sua esposa e seus quatro filhos. A primeira casa lar se estabeleceu com a disposição de dar familiaridade aos estudantes.

João Cizino seria o primeiro administrador da Granja, o ex-aluno das Escolas Caio Martins (MG) conhecia bem a metodologia original. No decorrer dos anos, a Granja das Oliveiras tornar-se-ia uma pequena e harmônica comunidade, autossuficiente com a fabricação de produtos artesanais, plantio de horta comunitária, com suporte da Fundação Zoobotânica, e oficinas profissionalizantes, realizadas com apoio da NOVACAP. A experiência desse centro de acolhimento e convivência manteve-se fiel ao seu propósito inicial até o final da década de 1960, tornando-se uma referência nacional como meio de prevenção à delinquência

juvenil. Nesse sentido, o ex-aluno, Paulo Rosa, reconhece a instituição: “Chegamos a ter 502 crianças em regime de casa lar e eu sou uma testemunha ocular de que esse foi um dos projetos mais bonitos que eu já vi acontecer em Brasília. Acho que enquanto não tiver uma página da história da cidade para o Darcy Mesquita, ela não estará completa porque é um trabalho pioneiro e deve ser reconhecido. Se hoje sou um cidadão, o senhor foi o grande pai do projeto.”

Gradualmente, a proposta original foi sendo modificada e a Escola Granja das Oliveiras foi

renominada Centro de Internação de Adolescentes Granja das Oliveiras (CIAGO), cujo modelo de ensino se pautava na utilização de métodos de repressão, coerção e vigilância. Antes de reprimir um estudante, a história e a memória do projeto inicial Granja das Oliveiras mostra que é necessário acolher para prevenir a violência. O Museu da Educação do Distrito Federal reconhece o pioneirismo dessa escola, bem como a necessidade de se resgatar seus valores originais e sua história, como uma demonstração do poder de mobilização do Estado em favor de uma cultura de paz e respeito.

COTIDIANO

Centro de Ensino Médio Urso Branco: 56 Anos de História

O Centro de Ensino Médio Urso Branco, denominado, originalmente, Ginásio Noturno do Núcleo Bandeirante, iniciou suas atividades escolares em 15/03/1963. Essa unidade de ensino integra o conjunto das escolas pioneiras do Distrito Federal, do período de 1957 a 1964. Trata-se de uma escola de referência em qualidade de ensino, com a projeção do melhor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), entre as escolas públicas de ensino médio de Brasília.

O projeto político-pedagógico do CEM Urso Branco foi “construído com base em uma escola dialógica, mais humanizante e humanitária, onde todos reconheçam nela um espaço de formação e transformação social.” A participação da comunidade escolar como protagonista de sua própria prática, da história e da tradição evidencia o reconhecimento da importância e do significado de cada um no processo de construção e de fortalecimento da identidade.

Para o professor Dreithe de Carvalho, diretor do CEM Urso Branco, “qualidade de ensino e gestão eficiente se faz com a parceria da escola com a família. Abrir a escola para a comunidade é a mesma coisa de abri-la para a família. Quanto mais o aluno e a comunidade se apropriam da escola, mais aumenta a responsabilidade de zelar por ela. A família dentro da escola, as gerações dentro da escola. Isso fortalece o elo de pertencimento. A nossa escola é uma escola de geração para geração.”

Acrescenta, ainda, que “a educação, o esporte e a cultura têm que caminhar juntos.” Nesse mister, o CEM Urso Branco já teve alguns de seus projetos pedagógicos reconhecidos e premiados, no âmbito do Distrito Federal e fora, como o do teatro e das feiras. Mas que, hoje, “o projeto 'Quem luta não briga', integrado pelas artes marciais Jiu-jitsu, Muai thai, Kickboxing, Boxe e Capoeira, é o que tem mobilizado toda a comunidade escolar e a do Núcleo Bandeirante - é o carro-chefe da escola.”

O projeto dispõe, entre seus mestres, de ex-alunos como professores de algumas dessas modalidades. Na perspectiva de uma cultura de paz, a filosofia das artes marciais tem contribuído, significativamente, para melhorar a



disciplina dos alunos em sala de aula, promover o fim dos conflitos e a aceitação das diferenças.

A paixão e a gratidão que a antiga geração tem pela escola, expressa nas falas dos ex-alunos, faz-se presente, também, nas ações que desenvolvem junto à nova geração - demonstração do verdadeiro sentimento de pertencimento. Conforme afirma Irani Souza, ex-aluna, “a educação é puro encantamento. Estudar no CNB - Colégio do Núcleo Bandeirante, denominação dada à escola nos anos

70, era um sonho. Nós tínhamos aulas de laboratório, sala de artes, práticas agrícolas, práticas integradas do lar e outros. E nós íamos no horário contrário ao das aulas praticar esportes. Havia várias modalidades, até ginástica rítmica, e eu competi em várias delas. Eu tive muita sorte de ter estudado nessa escola. Tive ótimos professores. E, pela admiração e respeito que eu tinha por eles, tornei-me professora da rede pública de ensino.”

Para Jefferson Cruz, ex-aluno do CNB, década de 70 “tudo que acontecia na nossa vida era em casa ou na escola. O contato humano era muito forte.

Eu tive momentos maravilhosos nesse colégio. Foi lá, que fui formando e lapidando meu caráter. Eu tinha nos meus mestres os meus segundos pais e sempre quis reverenciá-los. E foi no primeiro grande encontro 'o encontro', realizado em 07/07/2018, que tive a oportunidade de rever essa grande família, que é o CNB. Ex-professores e ex-alunos que não se viam, há 30 ou 40 anos, se abraçavam e se emocionavam. Homenageamos nossos mestres. A paixão é o que nos torna verdadeiros e a educação é o que nos liberta. Acreditando na educação, tornei-me professor. Tenho orgulho de dizer que fui aluno do CNB.”

REMINISCÊNCIAS

A busca por uma cultura de paz

A paz continua sendo um dos grandes anseios da humanidade. Considerada como fruto da justiça, sua busca perpassa toda a nossa história. Está presente em todas as denominações religiosas e aparece, inclusive, nos discursos de ateus e agnósticos. É bandeira de luta nos campos da política, da educação e dos direitos humanos.

A Organização das Nações Unidas (ONU) e, sua agência, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), reconhecem a imperiosa necessidade de instituir a paz e, para isso, desenvolvem programas, ações e parcerias, visando implantar a Cultura de Paz como prática cotidiana na sociedade humana, em um movimento que transcende décadas. Advém da Resolução 52/15, de 20/11/1997, em que se proclamou o ano 2000 como o “Ano Internacional da Cultura de Paz” e da Resolução 53/25, de 10/11/1998, que instituiu o período de 2001/2010 como a “Década Internacional para uma Cultura de Paz e não violência para as crianças do mundo”.

A partir de então, essas ações começaram a promover uma Cultura de Paz que, segundo define a Resolução 53/243, é um “conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida” e, têm como base, o respeito à vida, a promoção de práticas de não violência, por intermédio da educação, de estímulo ao diálogo e à cooperação. Atitudes pautadas na promoção dos direitos humanos e na paridade de oportunidades entre mulheres e homens, na liberdade de expressão, opinião e informação, no fortalecimento

dos princípios da liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade e diversidade cultural.

Como resultado dessas iniciativas, assistimos a efetivação de políticas públicas que firmaram parcerias entre a arte, a cultura e a educação, implantando programas e projetos que reverberaram em modificações nas várias instâncias sociais. Durante essa década, vivemos um período profícuo de conquistas, fortalecimento da democracia, dos direitos humanos e o início da frutificação da Cultura de Paz.

Não obstante, a humanidade sofre reverses no fluir do desenvolvimento pleno de uma Cultura de Paz. Parece que os interesses do capital adquiriram forças para suplantar as iniciativas da justiça social. Uma onda de intolerância vem arrastando conquistas obtidas e extraindo direitos já legalizados em várias partes do mundo. Mesmo com todo o desenvolvimento tecnológico alcançado, assistimos, atônitos, a uma inversão de valores se espalhando pelas redes sociais, via *fake news*, gerando ódio, afastamento e incompreensões.

E, o que nos cabe realizar? Resistir e, a partir do diálogo amoroso e esclarecedor, debater os malefícios de um mundo sem paz, onde crescem as diferenciações entre os seres humanos, comprometendo os direitos de cidadania. Onde as ameaças aos recursos naturais afetam o equilíbrio do planeta e imputam às sociedades valores estrangeiros à sua tradição cultural. No Distrito Federal, por muito tempo, desenvolveram-se políticas de promoção de cidadania e de Cultura de

Paz, momento em que inúmeras experiências foram tecidas no âmbito de instituições educacionais, com belíssimos resultados. É preciso retomá-las e espalhamos novas práticas que reascendam a

Cultura de Paz, em nossas escolas, como opção para a transformação da realidade educacional, de modo a estimular o sentimento de pertencimento e prevenir situações de conflito que gerem violência no ambiente escolar.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Reconhecendo meu Território, Descobrendo Possibilidades

Trabalhar Educação Patrimonial é sempre um movimento de desvelar conhecimentos construídos por uma comunidade no percurso de sua existência e integrá-los ao repertório cultural das gerações atuais, ressignificando-os na criação de novas proposições culturais.

Nessa perspectiva, o Museu da Educação ofereceu, gratuitamente, à comunidade, em 2018, curso de educação patrimonial por meio de linguagem audiovisual, com o propósito de explorar o território cultural dos participantes e retratar, na visão deles, a importância do reconhecimento desse patrimônio em suas vidas. A iniciativa possibilitou aos cursistas a produção e direção de curtas-metragens de cinco a quinze minutos cada, no total de nove filmes.

A proposta educativa desenvolveu conteúdos de patrimônio e território cultural, inventário participativo, linguagem audiovisual, ecopedagogia na resignificação do território, instrumentos de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural do Distrito Federal e história oral por meio de pesquisa oral e imagética.

Foram três turmas de 48 horas aulas cada, divididas em dezesseis encontros teórico-práticos. As aulas ocorreram no Museu Vivo da Memória Candanga,

parceiro do Museu da Educação e por todo o DF, conforme as necessidades de filmagens. O Curso foi financiado com recursos do Fundo de Apoio à Cultura do DF (FAC/DF).



Processo de produção dos curtas-metragens, 2018

Os filmes Conjunto Cultural; Rodoviária; Porque Nós Somos...; A Beleza no Caos da Feira da Estrutural; *Bike Anjo*; Brasília – Taguatinga – Salvador; Canoão: Luta, Memória e a Mobilidade do Seu Povo para a Capital Federal; Um Pequeno Momento; e Brasília, Território de Quem? estão disponíveis para visualização nas páginas do Youtube do Museu da Educação do Distrito Federal.

Acesse:

<https://www.youtube.com/channel/UCMWfw2OY1a-FSV5MsrJkOUw/videos>.

Deixe seu comentário nas redes.

Coordenação: **Eva Waisros Pereira**

Grupo de trabalho: **Ariane Abrunhosa, Carmen**

Batista, Luciana Ricardo, Maria Paula Taunay,

Martita Icó e Vera Catalão

Designer gráfico: **Eder S Coelho**

Estagiária: **Mariana Penna**

Acompanhe nossas atividades

www.museudaeducacao.com.br

pt-br.facebook.com/MuseudaEducacaoDoDistritoFederal/

www.youtube.com/channel/UCMWfw2OY1a-FSV5MsrJkOUw

Museu da Educação do Distrito Federal

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM)

Prédio Multiuso 1 - Bloco B - Sala BT 36/6

Universidade de Brasília - Campus Darcy Ribeiro

70.910-900 - Brasília - DF

+55 (61) 3107-5909 - museu.educacao.df@gmail.com

Copyright © 2019

Imprima estas páginas apenas se necessário

Caso não queira mais receber este email,

por gentileza envie-nos uma mensagem com o assunto "DESCADASTRAR".



Secretaria
de Educação

